

WASHINGTON NOVAES

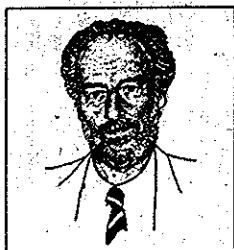
A hora de fazer as contas

Há poucos dias, a indústria cerâmica de Goiás anunciou o início de um locaute, por não suportar os aumentos de custos que não consegue repassar. O principal é o custo da lenha utilizada em fornos e caldeiras, que passou – por causa da escassez e da legislação que proibiu o uso de madei-

ra nativa – de R\$ 6 para R\$ 18 o metro cúbico. Caso típico de não-incorporação de custos ambientais, quando era utilizada lenha do cerrado nativo. No momento em que esse formato se tornou inviável, a atividade tornou-se antieconômica.

Quantas atividades econômicas no Brasil enfrentariam iguais dificuldades se os custos ambientais fossem contabilizados e/ou incorporados? Mas essa incorporação terá de começar, se não quisermos enfrentar graves dificuldades mais à frente – seja com os custos internos da degradação, seja com a inviabilização de exportações, seja ainda com a preocupação com os impactos sobre os recursos naturais.

O mais recente Relatório do Desenvolvimento Humano, das Nações Unidas, lembra que uma criança nascida nos países industrializados terá, ao longo de sua vida, um impacto sobre os recursos naturais 50 vezes maior do que uma criança nascida nos países mais pobres. Como os países industrializados, embora respondam por 86% do consumo no mundo, só têm 19% da



Atrasado na questão dos custos ambientais, o Brasil pode pagar caro por isso

população, o que aconteceria se esse padrão de consumo e o impacto sobre os recursos naturais fossem estendidos aos demais 81% da população do planeta?

A não-contabilização dos chamados custos ambientais é responsável também por numerosas distorções, que impedem a adoção de soluções verdadeiras

em nossos problemas cotidianos. O Instituto de Engenharia de São Paulo, por exemplo, calcula em R\$ 6 bilhões o custo anual dos congestionamentos na área metropolitana. Mas essa cifra não é levada em consideração quando se compara o custo do transporte individual com o coletivo. Nem quando se coteja o preço dos combustíveis fósseis com alternativas que já existem. Muito menos se levam em conta os R\$ 474 milhões calculados pelo Ipea como perda de produtividade em dez cidades, com as 500 milhões de horas desperdiçadas no trânsito.

Estudo recente mostrou que os custos ambientais – que só agora começam a ser levados em conta na China – podem significar de 8% a 12% do PIB daquele país. No Japão, a estimativa é de que esses custos podem significar de 10% a 20% do PIB. Nos Estados Unidos, de 5% a 10%. Em todos os casos, PIBs na casa dos trilhões de dólares.

Há poucos anos, estudos pioneiros do Bird e da ONU demonstraram que o PIB mexicano cairia entre 6% e 13% (dependendo dos fatores con-

siderados) se fossem incorporados custos ambientais. Na Indonésia, estudo semelhante indicou queda do PIB médio, de 7% para 4%, na mesma hipótese.

Ainda nos Estados Unidos, já se demonstrou que a gasolina custaria seis vezes mais se todas as contas do transporte fossem feitas. Ou que as carnes para consumo humano se tornariam inviáveis no mercado, segundo estudo dos Departamentos do Interior e de Comércio, já que os insumos naturais utilizados para produzi-las ao longo de um ano teriam um valor maior que o de toda a gasolina, gás e carvão consumidos no país nesse período. Para produzir uma libra de carne de boi são necessárias 16 libras de ração; para uma libra de carne de porco, 6 libras de ração; e para uma libra de carne de frango, 3 libras de alimentos.

Uma empresa da Holanda decidiu fazer as contas de todos os custos gerados pela emissão de gases nos carros próprios e de seus funcionários, no consumo de eletricidade e gás no aquecimento e na refrigeração central, no tratamento de esgotos, no consumo de papel (recursos naturais, coleta de lixo, incineração, emissão de gases tóxicos), etc. Chegou à conclusão de que pagava em impostos cerca de 1/12 dos custos ambientais que gerava.

Se a cultura do cálculo prévio e da incorporação de custos avançar, outra vantagem estará na implantação de uma postura preventiva. Estudo do governo japonês, há alguns anos, mostrou que evitar os danos ambientais pela poluição por enxofre numa usina de Yokkaichi teria custado 13 vezes menos que reparar esses danos a posteriori.

No caso de poluição do solo por cádmio na Bacia do Rio Jinzu, a prevenção sairia por quatro vezes menos. E, no caso de poluição da Baía de Minamata por mercúrio, por 100 vezes menos.

Também a depleção de recursos naturais precisa ser contabilizada. Quanto custaria, por exemplo, a erosão do solo no País, principalmente nas culturas de grãos, estimada pelo próprio governo em 1 bilhão de toneladas por ano? Quanto custa a reposição da fertilidade por insumos químicos? Quais são os custos gerados pelo assoreamento das bacias hidrográficas? Qual o custo da depleção de recursos na mineração? A prefeitura de Itabira (MG), em 1996, entrou na Justiça cobrando 3,3% (US\$ 1,085 bilhão) do valor gerado pela extração de minério de ferro no município entre 1942 e 1996 pela Cia. Vale do Rio Doce, que foi de US\$ 32,7 bilhões.

E nem se está falando ainda do valor dos serviços naturais (regulação do clima, produção de fertilidade, retenção e armazenagem de água, polinização, fixação de nutrientes, recursos genéticos, controle biológico de pragas, composição química da atmosfera, etc.), que um grupo de cientistas estimou em pelo menos uma vez e meia o valor do PIB mundial.

O Brasil continua atrasado na matéria. Abandonou o grupo criado em 1990 no âmbito do governo federal para estudar esse tema. Quase não trabalha com indicadores ambientais. Recusa, em muitos casos, sequer discutir a cobrança pelo uso de recursos hídricos. Pode pagar muito caro logo mais adiante.